

A INSERÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO CENÁRIO MUNDIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL À LUZ DA HISTÓRIA

Leda Maria Paulani*

1 INTRODUÇÃO

É triplo o objetivo desta nota: fazer uma retrospectiva histórica do processo de inserção da economia brasileira no movimento de acumulação capitalista em nível mundial; indicar o papel do Estado nas etapas mais recentes desse processo; e discutir a forma de inserção da economia brasileira no capitalismo financeirizado de hoje, bem como suas perspectivas. A tese que se buscará demonstrar é que, para além de algumas transformações que vêm ocorrendo no plano social, é palpável a financeirização do processo de acumulação, sendo o *status* de potência financeira emergente a principal marca da economia brasileira hoje.

Para tanto, será feita inicialmente uma breve retrospectiva histórica visando destacar as diferentes fases pelas quais passa a economia brasileira em sua relação com o capitalismo mundial. Na sequência, será feita uma análise mais aprofundada dos anos 1980, 1990 e 2000, década esta última que, a nosso ver, consolida a posição brasileira como potência financeira emergente. As duas seções finais retomam os principais pontos da exposição, refletindo sobre o papel que o Estado teve e tem nessa história e apresentando indicações prospectivas.

2 UMA BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA

Da plataforma teórica a partir da qual será feita a análise aqui proposta e que segue a trilha aberta pelos mestres de nossa economia política (Caio Prado, Celso Furtado, Chico de Oliveira), podemos dividir em cinco fases distintas a história da inserção da economia brasileira no processo de acumulação capitalista em nível mundial. É necessário resgatá-las para recuperar o fio corrente da história e considerar dessa perspectiva a situação hoje experimentada pelo Brasil, bem como suas possibilidades nas próximas décadas.¹

A primeira fase é aquela da expansão dos estados territoriais originários, em que o Brasil se coloca como reserva patrimonial, base de operação de força de trabalho compulsória e fonte de fornecimento de metais preciosos e matérias-primas. Em outras palavras, nesse

* Professora titular do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP).

1. Retomo, nesta e na seção seguinte, considerações já feitas em Paulani e Pato (2005) e Paulani (2008).

primeiro momento, o país constitui-se em puro e simples objeto de espoliação, expediente típico da fase de acumulação primitiva² então em curso. Inicialmente, nosso país se coloca, portanto, como parte subordinada de um processo que tem seu movimento principal na Europa e que constitui a etapa primeira da afirmação do modo de produção capitalista em nível mundial.

Na segunda fase, o país aparece como produtor de bens primários, de baixo valor agregado, num processo objetivado em movimentos cíclicos assentados, cada um deles, em produtos qualitativamente distintos. Num período que abrange desde a época do exclusivo metropolitano até o início do século XX, o Brasil vai funcionar como alavanca da acumulação no Centro,³ singrando ao sabor de um processo determinado desde fora, em tempos de consolidação e afirmação do modo capitalista de produção. Apesar de bastante longo, e muito diferente entre si em vários outros aspectos, do ponto de vista que aqui nos concerne, esse período possui uma similaridade formal, na medida em que, de ciclo a ciclo, o país vai desempenhando sempre o mesmo papel, ofertando sempre o mesmo tipo de bem. Os produtos agrícolas e matérias-primas aqui produzidos garantiam o sucesso da acumulação capitalista nos países centrais e mantinham a natureza heterônoma da economia brasileira.

Consideradas conjuntamente, as duas primeiras fases somam mais de quatro séculos, até que finalmente, nos anos 1930, acontece, para retomar os termos do clássico diagnóstico de Furtado, o “deslocamento do centro dinâmico da economia”, abrindo-se assim a possibilidade de que o processo de acumulação passasse a ser determinado desde dentro, com sua dinâmica sendo pautada pelas variáveis relacionadas à economia doméstica.

Essa nova conjuntura, resultado da combinação de fatores políticos internos com a gravidade da crise econômica mundial que então se alastrava, preparou as condições para a terceira fase de inserção da economia brasileira no movimento mundial de acumulação. Acossado já pelo problema da sobreacumulação,⁴ o capital do Centro do sistema vai encontrar na economia brasileira, nos anos 1950, o mercado que começava a escassear no mundo desenvolvido.⁵ O país torna-se assim objeto do deslocamento espacial do capital do Centro, fazendo com que o processo de acumulação “determinado desde dentro” fosse comandado, nos setores mais dinâmicos da economia, pelas necessidades e imperativos do capital de fora. Apesar disso foi nesse período que se gerou a primeira possibilidade efetiva de a economia brasileira deixar para trás sua crônica dependência e ganhar autonomia na determinação da forma e do conteúdo do processo de acumulação.

Essa possibilidade, no entanto, não se tornou realidade, porque a crise que se adia- ra, entre outros expedientes, pelo citado deslocamento espacial dos capitais do Centro,⁶

2. Não custa assinalar que o termo é utilizado aqui no sentido a ele atribuído por Marx.

3. Evidentemente o termo faz parte do par conceitual “centro/periferia”, basilar no *approach* teórico aqui utilizado.

4. Utilizo o termo aqui no sentido que a ele lhe dá Harvey (2006).

5. Guardadas as diferenças regionais, que não são poucas, bem ao contrário, essa afirmação é, em certa medida, válida para todo o continente latino-americano. Não há dúvida, porém, de que foi no Brasil, até pela dimensão de seu território e população, que ele se configurou da forma mais plena, tornando-se paradigmático.

6. Outro desses expedientes foi o estiramento do crescimento da economia americana nos anos 1960, que acabou por redundar no rompimento de Bretton Woods no início da década de 1970.

tornou-se inevitável nos anos 1970, engendrando uma série de transformações que viriam alterar sobremaneira a feição da acumulação tanto dentro quanto fora do Brasil. Começa a se constituir aí aquilo que viria a ser chamado de “financeirização”, indicando um processo em que a acumulação se dá sob os imperativos e a lógica da valorização financeira.

Constituindo a quarta fase da história aqui sumariamente descrita, esse novo regime de acumulação⁷ vai encontrar no Brasil a demanda por empréstimos que faltava a um capital financeiro robusto e ávido por aplicações no contexto de uma crise de sobreacumulação irresolvida no Centro. É o modo de inserção do país nessa nova fase que o torna um dos principais personagens da chamada “crise das dívidas dos países latino-americanos” que acontece nos anos 1980, e que foi responsável por duas décadas de estagnação na economia brasileira.

Fortalecido nos anos 1980, ao encontrar no neoliberalismo o discurso e a prática de política econômica condizentes com as necessidades dessa nova etapa da história capitalista mundial, o crescente movimento de financeirização vai transformar o Brasil em plataforma internacional de valorização financeira, inaugurando, nos anos 1990, a quinta e atual fase da história da inserção da economia brasileira no processo mundial de acumulação.

A forma encontrada pelo país para escapar da armadilha constituída pelo binômio “crise da dívida-alta inflação”, que marcou a fase anterior, foi a completa submissão de sua política econômica às exigências dos credores, em outras palavras a adoção do discurso e da prática neoliberais. O desdobramento desse processo vai colocar o país como uma permanente fonte de oferta de ganhos financeiros ao capital cigano que gira o mundo buscando as aplicações mais lucrativas. Nos momentos de crise, o ganho superlativo aqui oferecido é garantido pelos píncaros a que chegaram as taxas de juros e pela desvalorização aguda de ativos financeiros e não financeiros. Em momentos de calmaria ele é garantido pela combinação de taxas reais, mesmo assim muito elevadas com a tendência à sobrevalorização da moeda doméstica, num movimento que se autorreforça e garante ganhos cada vez maiores.

Concluído o prometido périplo histórico, detenhamo-nos, então, um pouco mais devagar, nas duas últimas fases do processo aqui descrito.

2.1 Anos 1980: crise da dívida e alta inflação – o Brasil como vítima da financeirização

Com a crise do petróleo deflagrada ao final de 1973 e com a opção pelo endividamento externo que aí se gerou, o potencial inflacionário do arranjo brasileiro assentado nos mecanismos de indexação tornou-se ato. O segundo choque do petróleo e o chamado choque dos juros,

7. O termo “regime de acumulação” é uma das pernas do par conceitual “regime de acumulação/modo de regulação” criado pela chamada escola francesa da regulação (Michael Aglietta, Robert Boyer etc.) e utilizado, para dar conta dessa nova fase da história capitalista, por Chesnais (1998), entre outros.

ambos deflagrados em 1979, abriram um período de 15 anos de elevadíssima inflação que só encontraria término depois de várias e conturbadas experiências de estabilização, com a edição do Plano Real em 1994. Junto com isso, o país se viu enredado na crise da dívida externa, uma vez que não conseguia gerar por suas próprias forças os recursos em moeda forte necessários para enfrentar a nova alta dos preços do petróleo e a quadruplicação do valor dos serviços da dívida externa. Em 1987, na esteira da falência do primeiro plano de estabilização, o Brasil entra em moratória. Mesmo com ela, entre 1970 e 1990, o país paga aos credores externos US\$ 140 bilhões a título de juros, mais US\$ 180 bilhões em amortizações. Nessa quarta fase de sua relação com a economia capitalista mundial, o Brasil era o retrato de uma economia periférica já industrializada, vitimada pela marcha acelerada da financeirização do capitalismo em nível mundial.

2.2 Anos 1990: a resolução das pendências e as providências para o ingresso ativo na financeirização

No começo dos anos 1990, a persistência de elevadíssimas taxas de inflação, combinada à dívida externa pendente de resolução desde a moratória, colocava a economia brasileira à margem do afluyente mercado financeiro internacional, que ia se tornando cada vez mais robusto. O Estado brasileiro, pelas mãos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e depois Fernando Henrique Cardoso (FHC), abraça conscientemente os dogmas neoliberais e começa a tomar as providências para alterar essa situação e possibilitar o ingresso ativo do país na era da financeirização. A primeira dessas providências foi resolver o problema da dívida externa, o que foi conseguido através do atendimento às exigências dos credores e agências multilaterais, como a autorização para a securitização desses débitos, a abertura do mercado brasileiro de títulos privados e públicos e a abertura financeira da economia brasileira, com a retirada gradativa dos controles que obstaculizavam o livre fluxo internacional de capitais.

A resolução dos débitos em moratória possibilita o rápido acúmulo de reservas, com o retorno dos capitais ao país. Assenta-se assim uma das bases do sucesso do Plano Real, elaborado ao final de 1993 pela equipe de FHC (então ministro da Fazenda), tendo sido a outra base o funcionamento por quatro meses de uma moeda virtual indexada diariamente.⁸ A estabilização monetária da economia foi a segunda das duas providências fundamentais tomadas pelo governo brasileiro no sentido de viabilizar o ingresso ativo do país na era da financeirização: com taxas de inflação pouco civilizadas como as então existentes, não só o cálculo capitalista fica dificultado, como fica também praticamente inviabilizado o cálculo rentista, substrato dos processos de valorização financeira.

A partir da estabilização monetária produzida pelo Plano Real, outras providências foram tomadas no mesmo sentido, como a concessão de isenções tributárias a ganhos financeiros de

8. A moeda virtual diariamente indexada, Unidade Real de Valor (URV) – que existiu entre 1º de março e 30 de junho de 1994 – foi sem dúvida o remédio tecnicamente correto para domar uma inflação com as características da brasileira, mas a estabilização correria sério risco sem um substantivo colchão de reservas que garantisse o valor da nova moeda.

não residentes, alterações legais para dar mais garantias aos direitos dos credores do estado, e uma reforma previdenciária para cortar gastos públicos e abrir o mercado previdenciário ao capital privado. Em paralelo, mas tudo contribuindo para o mesmo resultado, adotou-se uma política monetária de elevadíssimos juros reais e um controle fiscal bastante rígido (buscando gerar polpudos superávits primários) e deslanchou-se o processo de privatização.

Ao longo do primeiro mandato de FHC essas medidas foram vendidas como necessárias para modernizar institucionalmente a economia brasileira e viabilizar sua inserção na nova economia globalizada. Seus gestores, no entanto, sabiam que o fundamental era colocar o Brasil no circuito da valorização financeira, pois, se bem-sucedida, a operação viabilizaria a absorção de poupança externa que a sobrevalorização da nova moeda requeria.

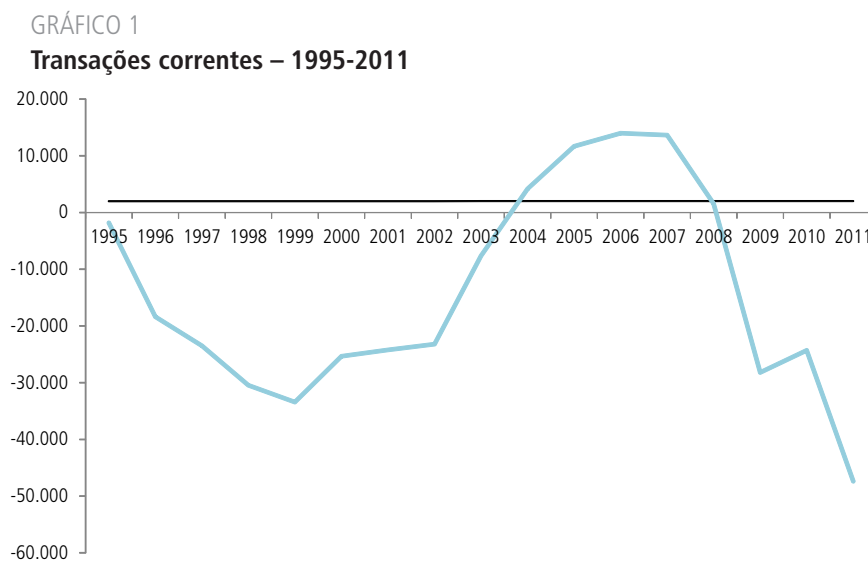
O segundo mandato de FHC (1999-2002) começa sob a égide da crise cambial deflagrada pelas várias rodadas de crise das moedas de países menos desenvolvidos (México, países asiáticos, Rússia). Como consequência da crise muda-se o regime cambial do país, que se torna então flutuante, e adota-se o regime de metas inflacionárias, com políticas monetária e fiscal ainda mais rígidas. A dependência da economia brasileira em relação à assim chamada poupança externa continuou, no entanto, expressiva, pois, apesar da desvalorização da moeda brasileira imposta pela crise, o elevado diferencial de juros interno-externo impediu um ajuste maior e as transações correntes continuaram negativas. É só em 2002, com a forte desvalorização sofrida pelo real em função da especulação gerada com as eleições presidenciais e a possível vitória de Lula, que esse resultado começa a se reverter, para voltar para o mesmo curso três anos depois. Adentramos com isso a investigação dos anos 2000.

2.3 Anos 2000: a consolidação da posição brasileira no capitalismo financeirizado

Com a ascensão de Lula ao governo federal a política econômica não muda. A liquidez é rigidamente controlada (logo de início a elevação do compulsório dos bancos cortou em cerca de 10% os meios de pagamento da economia), os juros permanecem em patamares extremamente altos e os superávits primários elevam-se para além dos níveis exigidos pelo próprio Fundo Monetário Internacional (FMI). Ademais, medidas adicionais são tomadas no sentido de completar o processo de inserção da economia brasileira nos circuitos mundiais de acumulação financeira: extensão da reforma da previdência ao funcionalismo público, reforma da lei de falências no sentido de priorizar os interesses dos credores financeiros, adoção de medidas para aumentar o grau de abertura financeira.⁹ Com isso, vai se afirmando a forma prioritária de inserção da economia brasileira no processo de acumulação de capital em nível mundial, o que não é sem consequências para a forma de sua inserção produtiva.

9. Por exemplo, as possibilidades cada vez maiores que vão tendo os exportadores para não internalizar as divisas obtidas com suas vendas.

No primeiro mandato de Lula, a desvalorização da moeda em conjunto com a ascensão dos preços das *commodities* provocada pelo efeito China fez com que as contas externas brasileiras voltassem a apresentar resultados positivos em transações correntes. No segundo mandato de Lula, porém, a contínua revalorização da moeda combinada com a queda dos preços das *commodities* após a crise de 2008 fez os déficits em transações correntes voltarem com força, como demonstra com clareza o gráfico 1.



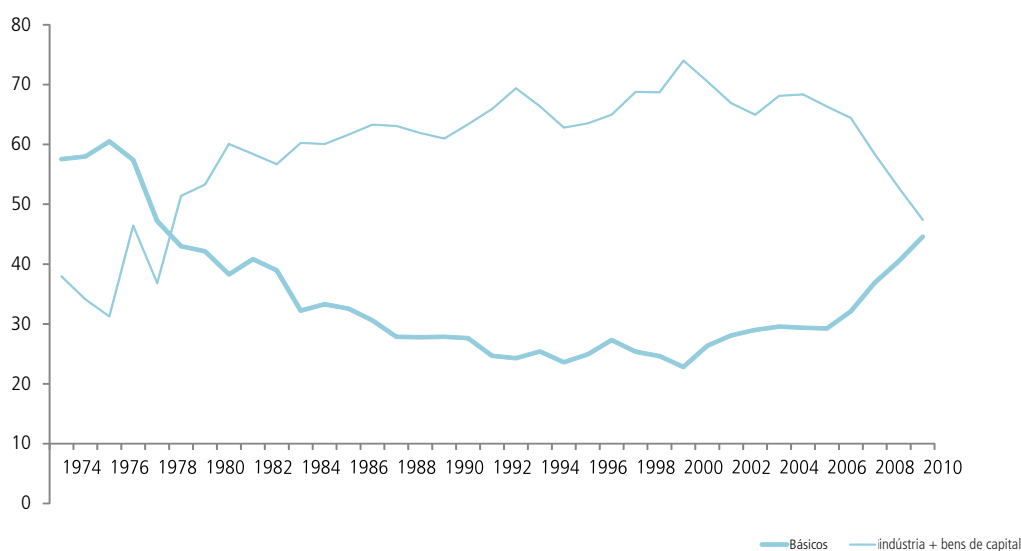
Fonte: Banco Central do Brasil (BCB)/Padrão Especial de Disseminação de Dados (PEDD) – balança de transações correntes. Elaboração própria.

Antes da crise de 2008, os elevadíssimos juros reais somados aos ganhos em mercados derivativos produzidos pela contínua valorização de nossa moeda fazia do país o paraíso dos ganhos rentistas. Logo depois da crise, a modesta desvalorização do real não é suficiente para compensar as elevadíssimas taxas reais de juros que ainda permanecem internamente: apesar de sua queda ao longo de 2009 elas continuam a ser extremamente atrativas, num momento de taxas internacionais irrisórias ou mesmo negativas. Além disso, tão cedo quanto no início de 2010 elas voltam a subir fortemente, tendência que só é revertida já na gestão Dilma, em meados de 2011. O resultado conjunto desses movimentos não poderia ter sido outro: a economia brasileira afogada em dólares e a moeda doméstica em permanente estado de sobrevalorização. Do ponto de vista produtivo, isto significa desindustrialização e reprimarização da pauta de exportações do país. Esta última pode ser visualizada sem dificuldade no gráfico 2.

GRÁFICO 2

Exportações: participação de setores

(Em %)



Fonte: BCB/PEDD/balança comercial. Elaboração própria.

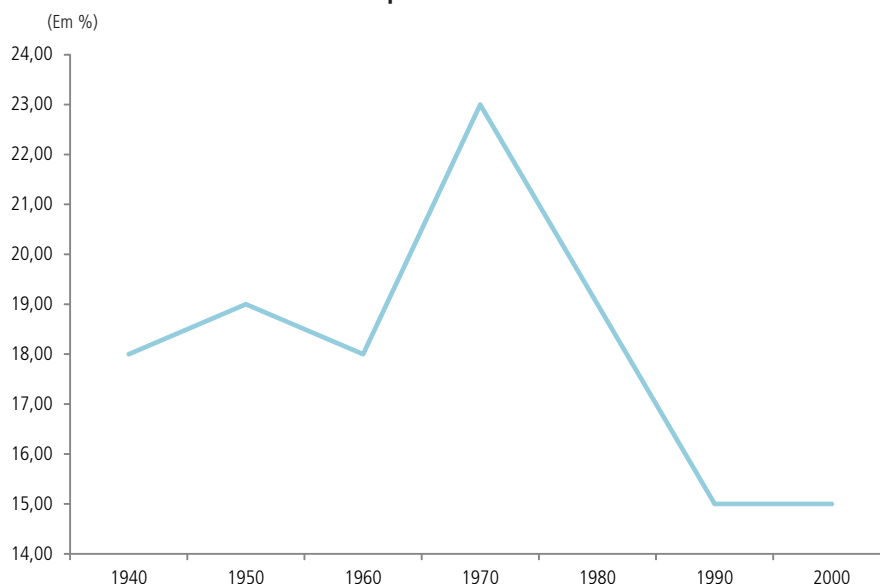
A reprimarização da pauta de exportações é o outro lado da nova forma de inserção da economia brasileira no circuito mundial de acumulação. Garantindo ganhos em moeda forte dos mais elevados do mundo, o país torna-se um agente ativo do processo de financeirização em curso, absorve continuamente poupança externa e pode conviver com déficits em transações correntes que se elevam a cada ano. Mas há outros dados que indicam a financeirização do capitalismo brasileiro. Um dos mais significativos é aquele que mostra que, nas duas últimas décadas, a relação Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)/Produto Interno Bruto (PIB) nunca recuperou sequer o resultado que conseguiu na conturbada década de 1980, mesmo com a recuperação do crescimento econômico na segunda metade dos anos 2000 (ver gráfico 3).

De outro lado, como demonstra a tabela 1, o regime de crescimento vigente na economia brasileira pós-Plano Real é um regime que apresenta elevadas taxas de lucro macroeconômico, com taxas muito baixas de acumulação de capital produtivo (BRUNO, 2009).

Além disso, o patrimônio dos grupos empresariais que atuam no setor financeiro cresceu 71,7% entre 2003 e 2008 (COSTA PINTO, 2010), enquanto o PIB cresceu 28% no mesmo período.

Além daquilo que já foi até aqui destacado, as informações a respeito do crescimento das despesas com rendas da balança de serviços são igualmente elucidativas da financeirização da economia brasileira e das consequências desse processo do ponto de vista de nossas contas externas (ver tabela 2).

GRÁFICO 3

Média da taxa anual FBCF/PIB por década

Fonte: Ipeadata. Elaboração própria.

TABELA 1

Itens	1966-1980	1990-2006
Taxa de crescimento da taxa de lucro macroeconômico (%)	-0,72	2,06
Taxa de crescimento da propensão a investir dos lucros (%)	1,65	-1,70
Taxa de crescimento da taxa de acumulação do capital produtivo (%)	12,19	5,55
Razão estoque de ativos financeiros/estoque de ativos produtivos	7,36	21,23

Fonte: Bruno (2009).

TABELA 2

(Em %)

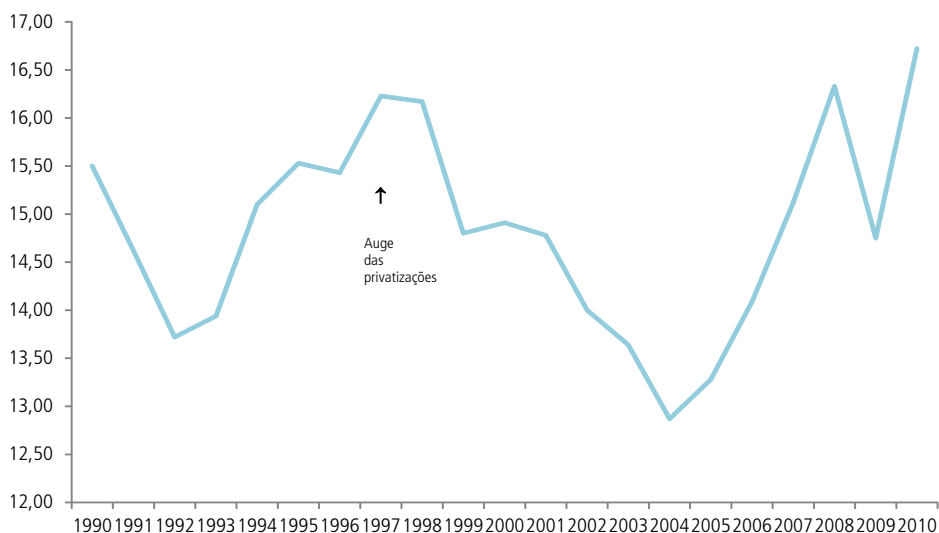
Item	Período 1994-2010
Crescimento real do PIB	73
Crescimento das despesas com rendas do balanço de pagamentos	315
Crescimento das despesas com investimentos diretos (balança de rendas)	465
Crescimento das despesas com investimentos em carteira (balança de rendas)	1.448
Crescimento das despesas com títulos de renda fixa (balança de rendas)	2.093

Os dados falam por si ao demonstrar o absoluto descompasso existente entre a velocidade de crescimento da geração de renda no país e a velocidade de crescimento da captura de renda por rentistas externos, diferença que fica ainda maior no caso das despesas com investimentos em carteira (incluindo títulos de renda fixa), típicas do regime de acumulação liderado pelas finanças.

3 O PAPEL DO ESTADO NESSA HISTÓRIA

O Estado sempre funcionou no Brasil como a locomotiva do processo de acumulação. No momento final da etapa desenvolvimentista, conduzido pelos militares, essa função do Estado brasileiro tinha tomado a forma de um vigoroso e bem estruturado setor produtivo estatal (SPE). Quando o Estado sai dessa cena, por força dos imperativos neoliberais, a acumulação produtiva estanca e depois regride. Ela só é retomada em meados dos anos 2000 com os investimentos estatais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Programa Minha Casa Minha Vida etc., ou seja, mais uma vez pelas mãos do Estado. Nesse sentido, é interessante notar que um dos principais argumentos levantados à época das privatizações era que o Estado não tinha condições de investir em setores fundamentais da economia, como transporte e comunicações e que, portanto, a privatização impunha-se como condição necessária para que esses investimentos fossem realizados. Sendo assim, o mínimo que se poderia esperar depois das massivas privatizações do período 1995-1998 era a manutenção da relação FBCF/PIB, já muito magra, como vimos. No entanto, o que se verifica (ver gráfico 4) é precisamente o contrário: o período 1999-2005 é o de maior regressão dessa relação, fazendo com que ela desça abaixo dos 13% (só para efeitos de comparação, na China, essa relação está atualmente acima dos 30%).

GRÁFICO 4
FBCF/PIB – 1990-2010
(Em %)



Fonte: Ipeadata. Elaboração própria.

A economia brasileira é hoje uma economia financeirizada, com um acelerado processo de centralização de capitais¹⁰ e completamente integrada ao capitalismo rentista dominante.

10. O termo é do jargão marxista e refere-se ao processo de elevação do tamanho médio das empresas, corporações e grupos empresariais e do conseqüente aumento do poder de mercado dessas instituições.

A principal ferramenta para a engorda dos recursos de rentistas internos e externos é o Estado. É o Estado que sustenta, sem nenhuma razão teórica ou empírica que a justifique, a maior taxa real de juros do mundo. Por essa via, ele destina uma parte substantiva da renda real gerada pela economia brasileira para a sustentação do rentismo. Do ponto de vista externo, isso significa que uma parte da mais valia extraída dos trabalhadores torna-se renda dos detentores de ativos fictícios emitidos por agentes domésticos, sendo o Estado justamente o maior deles. Colocando-se como emergente plataforma de valorização financeira, a economia brasileira atrai capital de forma crescente, o que sobrevaloriza ainda mais nossa moeda, aumentando os ganhos e fechando o circuito. Com a taxa de câmbio valorizada, ficam também muito mais baratas as transferências de lucros e dividendos para o exterior, o que estimula essas remessas.

Assim, não precisamos mais da troca desigual, que caracterizou a segunda e, parcialmente, também a terceira fase de nossa inserção externa, para transferir renda para o Centro (os termos de troca, aliás, nos são agora amplamente favoráveis). Tampouco precisamos dos juros escorchantes cobrados pelos credores externos, característicos da quarta fase. A combinação de câmbio flutuante com elevadíssimas taxas de juros faz isso agora de modo muito mais eficiente.

Internamente, essa situação permite a expansão dos lucros financeiros, sem a concomitante acumulação produtiva, e o aumento de ganhos dos setores estritamente financeiros, como o bancário, o que gera enorme pressão para a manutenção da política.

Não é demais lembrar que é também o Estado que patrocina a distribuição de recursos dos trabalhadores para viabilizar a formação do grande capital, com a conseqüente geração de capital fictício que normalmente a acompanha. No Brasil, não é, portanto, apenas através dos fundos de pensão que o sistema transforma em rentistas cada um dos trabalhadores, mas é através de mecanismos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que se transforma a classe trabalhadora como um todo em “rentista”. Ainda que seus ganhos sejam magros, essa posição a obriga a torcer para o capital e, mais ainda, para o capital fictício, que afinal é gerido pelos próprios trabalhadores.

Em resumo, pode-se dizer que a economia brasileira hoje se insere no cenário mundial como emergente plataforma de valorização financeira, garantindo ganhos inigualáveis num mundo em que as taxas de juros reais são nulas ou negativas. É evidente, portanto, a contínua transferência de renda para rentistas não residentes. A consequência mais preocupante é o desmonte da estrutura produtiva que a resultante valorização da moeda doméstica continuamente produz. O dinamismo de nossa economia hoje está no consumo (alavancado, por sua vez, pela extensão do crédito a faixas de renda antes dele excluídas e pela melhora distributiva) e na demanda externa centrada em *commodities* e bens de baixo valor agregado. Não é preciso muita sofisticação macroeconômica para concluir que, do ponto de vista da lógica capitalista, um arranjo desse tipo não tem autonomia e deve encontrar sérios obstáculos pela frente, particularmente num mundo sacudido por crises financeiras, como é da natureza desta quadra da história capitalista.

4 AS PERSPECTIVAS PARA O BRASIL (À GUIA DE CONCLUSÃO)

O tom pessimista da avaliação aqui apresentada choca-se com o cenário otimista que vem sendo traçado para a economia do país nos últimos anos. Os argumentos levantados para justificar essa visão positiva centram-se basicamente em dois fatores: *i*) a *performance* da economia brasileira no pós-crise de 2008, com a rápida retomada do ritmo de crescimento; e *ii*) a alteração no perfil distributivo do país, com o surgimento da assim chamada “nova classe média”.¹¹ Investiguemos então esses dois temas, iniciando pelo último.

É palpável a melhora dos indicadores sociais do Brasil nos últimos anos, particularmente os referentes à distribuição da renda. O índice de Gini passa de 0,589 em 2002 para 0,543 em 2009, caindo sistematicamente em todos os anos da série. No mesmo período, o número de domicílios extremamente pobres se reduz de 5,5 para 3,3 milhões, enquanto o número de domicílios pobres cai de 13,7 para 9,3 milhões.¹² Apesar de o foco da mídia recair sempre nos programas de renda compensatória, particularmente no Programa Bolsa Família (PBF) – que atinge hoje cerca de 11 milhões de domicílios –, esses resultados não teriam sido alcançados, pelo menos não na magnitude observada, na ausência do crescimento do salário mínimo (SM) real, o qual se elevou 53% entre 2003 e 2010.

A influência do comportamento do valor do SM está longe de reduzir-se a seus impactos no mercado de trabalho propriamente dito. Bem ao contrário, sua importância maior vincula-se ao sistema previdenciário e de pagamento de benefícios pelo governo. Considerando-se os benefícios de prestação continuada (BPCs) para idosos de baixa renda e portadores de deficiência e as aposentadorias rurais (todos direitos conquistados com a promulgação da Constituição de 1988), bem como as aposentadorias urbanas, temos um total de cerca de 18 milhões de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no valor de 1 SM, constituindo, este sim, o verdadeiro programa de renda mínima do país. Isso significa que, direta ou indiretamente, pelo menos 60 milhões de pessoas das classes mais baixas de renda foram beneficiadas por um crescimento real de seus rendimentos da ordem de 50%.¹³ Se associarmos a isso a retomada, a partir de 2004, do crescimento econômico e do emprego, depois de praticamente duas décadas de estagnação, explica-se muito facilmente o celebrado surgimento da nova classe média.

Socialmente, é evidente a diferença que tais mutações produzem num país secularmente marcado por uma desigualdade ímpar. Economicamente, é inegável o impacto que tais transformações têm na dinâmica do sistema, tendo em vista a magnitude do efeito multiplicador que elas propiciam, em particular se somarmos a esse cenário a bancarização

11. Designação dada aos cerca de 30 milhões de pessoas que, nos últimos anos, teriam migrado das classes D e E para a classe C.

12. A definição de “extremamente pobre” baseia-se na estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, considerando-se as recomendações da Food and Agriculture Organization (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS). A definição de “pobre” baseia-se num valor que é o dobro do valor encontrado para a definição de “extremamente pobre”. Os números são do IBGE.

13. Utilizamos, para a estimativa dos 60 milhões aqui mencionada, o tamanho médio da família brasileira, que é, hoje, de 3,3 pessoas, segundo o IBGE.

da população de baixa renda, com o respectivo acesso ao crédito, e a larga difusão do expediente do crédito consignado.

Como o leitor já adivinha, são também essas as causas dos fatores que sustentam a visão otimista, qual seja, a rápida retomada do crescimento econômico no período posterior à deflagração da crise internacional do final de 2008. Descongelado o crédito bancário por força da atuação das instituições bancárias ainda em mãos do Estado — BNDES, Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CAIXA) –, a economia brasileira retoma, sem grande dificuldade, já em meados de 2009, a marcha acelerada que o contexto anterior de redução da desigualdade distributiva vinha orquestrando.¹⁴ Como, dadas as peculiaridades de estruturação e funcionamento de nosso sistema bancário e financeiro, o impacto da crise por aqui foi apenas indireto, a abrupta desvalorização do câmbio por ela provocada bem como algumas quebras espetaculares produzidas pela reversão do jogo das apostas com derivativos cambiais não foram suficientes para refrear por muito tempo os impulsos dinâmicos que as transformações em curso estavam alimentando. Em paralelo, a abundância de divisas que duas décadas de juros reais superlativos produziram permitiu que essa retomada se desse sem grandes constrangimentos para o fechamento das contas externas, que praticamente não sentiram a perda de mais de US\$ 20 bilhões produzida pela crise.¹⁵

Isto posto, as perguntas que cabem fazer dizem respeito à sustentabilidade do arranjo assim disposto, bem como à sua capacidade de tornar permanentes as conquistas até agora obtidas. Em primeiro lugar cabe questionar as possibilidades que tem a alteração no perfil distributivo de assentar-se e produzir melhoras ainda mais expressivas. Como já apontado, essa melhora deve-se substantivamente ao aumento do SM real e à retomada do próprio crescimento (que faz crescer o emprego e empurra o salário médio e a massa salarial), sendo apenas subsidiariamente devedora dos programas de renda compensatória. Em contraste, é sobre este último elemento que recai a maior probabilidade de permanência, não se podendo traçar a mesma perspectiva para os dois anteriores. A continuar o quadro de indefinição da economia mundial que o agravamento da crise na Europa prenuncia, é muito pequena a possibilidade de o crescimento econômico retomar o ritmo necessário para continuar a fazer crescer o nível de emprego. Ao contrário dos 6,5% a 7,0% que então se almejavam, as expectativas agora giram em torno dos 3,5% a 4,0% para os próximos anos.¹⁶ Com a redução do crescimento e, por tabela, dos recursos de que dispõe o Estado, deve ficar mais difícil perpetuar a política de crescimento do SM real, pois os recursos aí envolvidos são de grande monta, ao contrário dos minguados recursos que o PBF absorve.

Assim, ainda que seja possível continuar a reduzir o contingente dos extremamente pobres, o incremento na redução dos pobres deve ser cada vez menor, tornando distante o sonho de fazer do Brasil um “país classe média”. Tal situação, evidentemente, deve reduzir

14. É claro que o empurrão dado pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis e vários eletrodomésticos ajudou na retomada, mas ele seria inócuo se o poderoso impulso anterior não existisse.

15. O saldo do balanço de pagamentos no último trimestre de 2008 foi negativo em US\$ 21 bilhões.

16. Vide o crescimento de 2011, da ordem de 3%, quando comparado ao de 2010, de 7,5%.

os impulsos dinâmicos advindos do movimento redistributivo, restando ainda mais o crescimento, num quadro já piorado, como adiantamos, pelo recrudescimento da crise na Europa. É verdade que o crédito pode, em parte e temporariamente, compensar esse déficit de dinamismo, mas não é demais lembrar que ele pode igualmente provocar um desequilíbrio entre ativos e passivos no âmbito das famílias que pode tornar mais graves as consequências de um novo *round* de crise financeira vinda de fora.

É preciso, contudo, lembrar que, mesmo na hipótese de um cenário bem menos ruim, uma dinâmica macroeconômica assentada no consumo não é, por definição, sustentável, principalmente num contexto em que se vive cada vez mais de poupança externa, com contínuos vazamentos para o exterior de parte considerável dos impulsos de demanda internamente gerados. A situação é ainda mais preocupante se considerarmos a desindustrialização da economia e a reprimarização de nossa pauta de exportações.

Assim, de uma perspectiva de longo prazo, a única possibilidade de assentar o novo perfil distributivo tornando-o ainda menos desigual é colocar o foco no investimento como elemento dinâmico da demanda efetiva. Dada a secular letargia do investimento privado no país, cabe ao Estado a iniciativa de fomentá-lo, e ele tem em mãos os instrumentos para isso, pois possui um banco de desenvolvimento e empresas estatais, além dos próprios recursos públicos destinados à FBCF. Despender recursos em infraestrutura e moradia é o caminho correto não só para conferir autonomia ao dinamismo da economia brasileira, como para alavancar o próprio processo de inovação tecnológica, condição *sine qua non* para que a economia atinja sua maturidade.

Mas é preciso, ao mesmo tempo, combinar a alteração no perfil da oferta que a transformação no perfil distributivo requer com a reinternalização do impulso dinâmico que ele produz, hoje parcialmente desviado ao exterior. Assentar o consumo de massa na poupança externa em vez de na produção doméstica é receita certa para o desastre e a reversão social. Mais uma vez o Estado tem instrumentos para reverter ao menos parcialmente esse processo, bastando para tanto que deixe de funcionar como plataforma de valorização financeira, utilizando a política monetária para reduzir os ganhos rentistas destinados ao investimento financeiro externo. Pode-se igualmente combinar a redução dos juros com a taxação dos superlucros que os setores beneficiados com a alta exponencial dos preços das *commodities* vêm auferindo.¹⁷

Desfazendo as inversões que marcam a dinâmica econômica hoje em curso, o Estado terá recursos para, sem prejuízo da manutenção dos programas de renda compensatória, continuar a elevar o valor real do SM, consolidando a melhora do perfil distributivo e adensando o círculo virtuoso do crescimento que uma economia como a brasileira tem toda condição de pôr em marcha.¹⁸ Em entrevista recente,¹⁹ o professor Ricardo Bielschowsky afirmou,

17. A proposta, discutida em alguns seminários ao longo de 2010 e 2011, é do professor Franklin Serrano do Instituto de Economia (IE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

18. Não é demais observar que, sendo vitorioso esse cenário, reduzir-se-á sobremaneira o montante de recursos despendido com programas do tipo PBF, uma vez que eles se tornarão cada vez menos necessários.

19. *Folha de S. Paulo*, 14 de janeiro de 2012.

com razão, que o Brasil tem hoje um diferencial em relação a vários outros países no que concerne à sua capacidade de sustentar um círculo virtuoso de crescimento, pois dispõe em simultâneo de três poderosos motores: a magnitude de seu mercado interno, as perspectivas favoráveis quanto aos investimentos em infraestrutura (incluindo residências) e uma forte demanda por seus recursos naturais. Mas, para aproveitar essas virtualidades e conseguir dar o salto que o país requer, é preciso não transformar a formação de capital fixo em variável dependente, o dinamismo decorrente da redução da desigualdade em necessidade crescente de poupança externa e a bonança natural em “maldição”. Considerada a situação tal como agora se encontra, parecem ser esses os caminhos por enquanto escolhidos.

É o Estado que tem em suas mãos as condições para transformar esse cenário e tornar efetiva a segunda possibilidade que o país parece ter para ganhar autonomia em seu processo de desenvolvimento. Na ausência dessa transformação, o país continuará na mesma trilha da inserção dependente que abriu há mais de 500 anos e que vai se transformando de tempos em tempos mantendo-nos no mesmo lugar. Não será possível então manter as modestas conquistas sociais conseguidas na última década, menos ainda avançar na direção desejada, de um país mais igualitário, com uma fratura social menos exposta, com direitos verdadeiramente universais.

REFERÊNCIAS

BRUNO, M. Acumulação de capital e crescimento econômico no Brasil: uma análise do período 1950-2006. In: SICSÚ, J.; MIRANDA, P. (Org.). **Crescimento econômico** – estratégia e instituições. Rio de Janeiro: Ipea, 2009.

CHESNAIS, F. **A mundialização financeira** (Introdução). São Paulo: Xamã, 1998.

COSTA PINTO, E. **Bloco no poder e governo Lula**: grupos econômicos, política econômica e o novo eixo sino-americano, 2010.

HARVEY, D. **Limits to capital**. London: Verso, 2006.

PAULANI, L. **Brasil delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____.; PATO, C. Investimentos e servidão financeira: o Brasil do último quarto de século. In: PAULA, J. A. (Org.). **Adeus ao desenvolvimento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.